

UMA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA DA DEMOCRATIZAÇÃO EM TAIWAN: PROBLEMAS ESTRUTURAIS E FATORES EXTERNOS (1991-2001)

Douglas Rocha Almeida*
Fábio Albergaria de Queiroz**

RESUMO

Uma vez que autores como Samuel Phillips Huntington afirmaram que algumas culturas como o islamismo e o confucionismo são hostis à democracia, este artigo busca analisar por que Taiwan se tornou uma democracia apesar desse obstáculo cultural. Portanto, o objetivo deste estudo foi entender por que a democratização ocorreu em civilizações ditas incompatíveis com a democracia. Para cumprir com esse objetivo, a pesquisa utiliza o estudo de caso explicativo como metodologia. Nesse sentido, buscou-se um nexo de causalidade entre fatores externos e a democratização em Taiwan de 1991 a 2001. Ao utilizar o construtivismo de Alexander Wendt como referencial teórico-conceitual, o artigo aborda a identidade e os interesses de Taiwan e investiga como sua identidade-tipo mudou de autoritarismo para democracia. Além disso, este trabalho classifica os problemas que o confucionismo coloca à democracia como problemas estruturais. Da mesma forma, os fatores externos considerados neste estudo foram aqueles relacionados ao ambiente hobbesiano da China e à anarquia lockeana dos Estados Unidos, ambos relacionados a Taiwan. Para cumprir seus objetivos, no artigo testou-se a seguinte hipótese: quanto mais Taiwan se democratizar, mais esse ator se beneficiará da cultura lockeana e menos sofrerá com a anarquia hobbesiana.

Palavras-chave: Democracia. Confucionismo. Construtivismo. Fatores externos.

A CONSTRUCTIVIST ANALYSIS OF TAIWAN'S DEMOCRATIZATION: STRUCTURAL PROBLEMS AND EXTERNAL FACTORS (1991-20101)

ABSTRACT

Since scholars such as Samuel P. Huntington claimed that some cultures such as the Islam and the Confucianism are hostile to democracy, this work attempted to find out why Taiwan became a democracy despite this cultural obstacle. Therefore, this article's objective was to understand why democratization can thrive in civilizations hostile to democracy. Aiming to accomplish such a task, this research used the explanatory case study as methodology.

* Mestrando na Escola Superior de Guerra e bolsista do programa Pró-Defesa IV da CAPES.
Contato: douglasralmeida3@gmail.com

** Pós-Doutor em Relações Internacionais (Universidade de Brasília); Professor Adjunto da Escola Superior de Guerra. Contato: fabioqueiroz@esg.br

In this sense, it tried to identify causal relations between some external factors and the democratization in Taiwan from 1991 to 2001. By using Alexander Wendt's constructivism, this work addressed Taiwan's corporate identity and interests and investigated the changing in Taiwan's type identity – from authoritarianism to democracy. In addition, it labeled the problems that Confucianism pose to democracy as structural problems. Similarly, the external factors considered in this study took into consideration China's Hobbesian environment as well as the United States Lockean anarchy, both concerning Taiwan. To accomplish the goal, it tested the following hypothesis: The more Taiwan become democratic, the more it will benefit from the Lockean culture, and the less it will suffer from the Hobbesian anarchy.

Keywords: Democracy. Confucianism. Constructivism. External factors.

UN ANÁLISIS CONSTRUCTIVISTA DE LA DEMOCRATIZACIÓN EN TAIWAN: PROBLEMAS ESTRUCTURALES Y FACTORES EXTERNOS (1991-2001)

RESUMEN

Dado que autores como Samuel Phillips Huntington afirmaron que algunas culturas como el islam y el confucianismo son hostiles a la democracia, este artículo busca analizar por qué Taiwán se convirtió en una democracia a pesar de este obstáculo cultural. Por lo tanto, el objetivo de este estudio fue comprender por qué se produjo la democratización en las llamadas civilizaciones incompatibles con la democracia. Para cumplir este objetivo, la investigación utiliza el estudio de caso explicativo como metodología. En este sentido, se buscó un vínculo causal entre los factores externos y la democratización en Taiwán desde 1991 hasta 2001. Utilizando el constructivismo de Alexander Wendt como marco teórico-conceptual, el artículo aborda la identidad e intereses de Taiwán e investiga cómo su identidad tipo pasó del autoritarismo a la democracia. Además, este documento clasifica los problemas que el confucianismo plantea a la democracia como problemas estructurales. Del mismo modo, los factores externos considerados en este estudio fueron los relacionados con el ambiente hobbesiano de China y la anarquía lockeana de los Estados Unidos, ambos relacionados con Taiwán. Para cumplir con el propósito de este artículo, se probó la siguiente hipótesis: cuanto más Taiwán democratizarse, tanto más este actor va a beneficiarse de la cultura lockeana y menos sufrirá de la anarquía hobbesiana.

Palabras clave: Democracia. Confucianismo. Constructivismo. Factores externos.

1 INTRODUÇÃO

A democracia tem sido uma força motriz na política internacional. Isso decorre do fato de a legitimidade dos Estados estar intimamente relacionada com a chamada

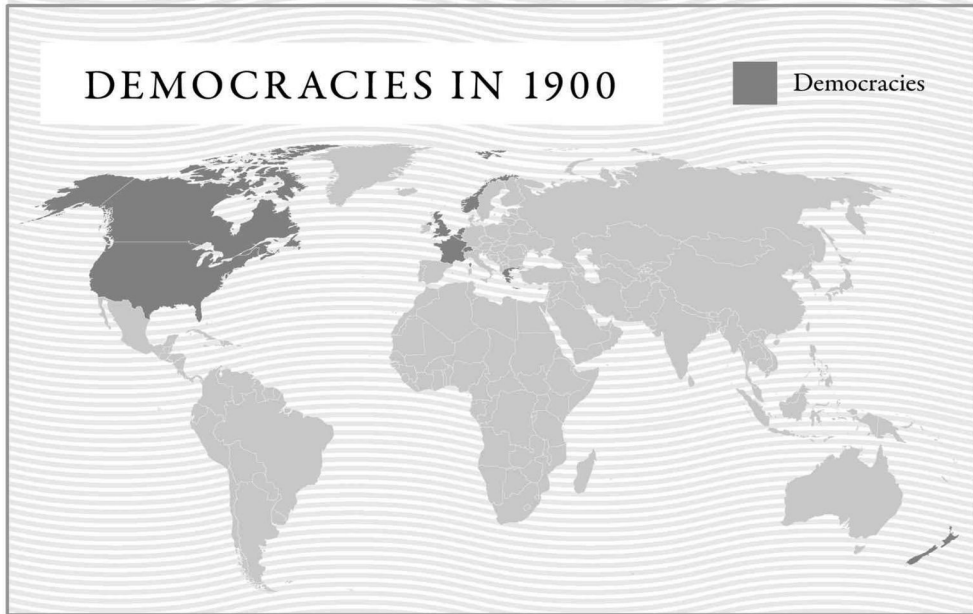
identidade-tipo¹. Os critérios por meios dos quais se confere legitimidade a um Estado mudam com o tempo devido a processos históricos e transformações culturais sistêmicas. Durante a década de 1990, espaço temporal predominante nesta análise, a democracia e o capitalismo transformaram-se em formas dominantes de identidades de tipo dos estados. Essa era liberal do mundo promete não apenas a paz, já que as democracias não entram em guerra umas com as outras, mas também promovem os direitos humanos, facilitam investimento e comércio, protegem liberdades civis, fornecem ferramentas para combater a corrupção, impulsionam agendas sociais, facilitam a criação de emprego e renda, fomentam a transparência e assim por diante. Dado esse contexto, uma alta qualidade na democracia de um estado pode melhorar sua imagem internacional para outros estados democráticos (WENDT, 1999).

O prestígio dos regimes democráticos no sistema internacional é um fator externo — um reflexo da chamada cultura lockeana, que se baseia principalmente em um cenário predominante de rivalidade entre suas unidades (WENDT, 1999). Outro fator externo é o incentivo à democratização promovido pelas potências globais. A esse respeito, atores como os Estados Unidos (EUA) defenderam a democratização em muitos países, sobretudo nos anos 1990² pois, historicamente, um dos vetores da política externa norte-americana é a premissa de que um mundo mais democrático é, por definição, um mundo mais seguro (HUNTINGTON, 1996).

Essa guinada rumo a sistemas democráticos, variados em suas concepções, no entanto, tem prolegômenos temporais mais distantes. Ao longo da história, observamos, como nos mostram as ilustrações seguintes, um movimento lento, porém progressivo, nesta direção. De 1974 a 1990, por exemplo, Huntington (1991; 1996) e Rice (2017) destacam que pelo menos 30 países fizeram transições para a democracia, o que dobrou o número de governos democráticos no mundo de então:

- 1 A identidade-tipo é uma categoria social na qual os atores compartilham características. No que diz respeito aos estados, as identidades de tipo correspondem a “formas de estados”, tais como estados capitalistas, estados fascistas, estados democráticos, estados monárquicos e assim por diante. As identidades de tipo dos estados são definidas em termos de regras de associação e essas regras variam cultural e historicamente. As características subjacentes às identidades de tipo são, essencialmente, intrínsecas aos atores. Nesse sentido, quando um Estado atua como uma democracia, ele não deveria precisar de assistência externa para mantê-la (WENDT, 1999).
- 2 Segundo Huntington (1996), a democracia é o regime político predominante no ocidente. Países da Europa ocidental e os Estados Unidos que, para Huntington, são o núcleo duro da civilização ocidental, são os principais propagadores contemporâneos da democracia. Huntington argumenta que o colapso da União Soviética gerou na Europa e, em especial, nos Estados Unidos a crença de que o entendimento ocidental de democracia e de direitos humanos se difundiria pelo globo. Entretanto, essa difusão não se daria tão somente de modo orgânico, ou seja, ela deveria ser induzida pelos Estados ocidentais. Com efeito, James Baker, Secretário de Estado durante a administração Bush, declarou em abril de 1990 que “Beyond containment lies democracy”, defendendo, assim, que a nova missão dos EUA seria a promoção e consolidação da democracia. Clinton, em 1992, afirmou em campanha que a promoção da democracia seria sua prioridade durante seu governo. Já no governo, Clinton recomendou um aumento de dois terços para o Fundo Nacional para a democracia (National Endowment for democracy, em inglês). Ademais, seu assistente para a segurança nacional definiu o tema central da política externa de Clinton como a “ampliação da democracia” (enlargement of democracy, em inglês). No que concerne aos Estados europeus, a política externa de promoção dos direitos humanos e da democracia estava menos aparente, sendo camuflada instituições econômicas internacionais de empréstimos e doações para países em desenvolvimento.

Figura 1 - Democracias no Mundo em 1900



Fonte: RICE, 2017, p. 9.

Figura 2 - Democracias no Mundo em 2000



Fonte: RICE, 2017, p. 11.

Segundo Huntington (1991), estudiosos do processo de democratização apontam diversas variáveis relevantes que contribuem para o fenômeno como, por exemplo, o desenvolvimento econômico. Apesar disso, para ele, a religião tende a ser a variável dominante nas civilizações não ocidentais. Dessa forma, Taiwan já havia atingido os padrões econômicos necessários para sua democratização no final da década de 1980, porém, segundo o argumento huntingtoniano, Taiwan não se democratizou devido ao matiz confuciano. Ainda assim, mesmo com esse entrave cultural, Taiwan, por qualquer indicador, era considerada uma democracia em 2001 (DIAMOND, 2001). É justamente essa mudança que torna Taiwan um estudo de caso emblemático.

Assim, o que aconteceu com o argumento de incompatibilidade entre democracia e confucionismo? Uma vez que o confucionismo aporta problemas estruturais à democratização, por que Taiwan se tornou uma democracia? Em busca de respostas, e com base em uma abordagem construtivista, este trabalho considera como ponto de partida a seguinte hipótese relacional a ser testada: quanto mais Taiwan se tornar democrático, mais se beneficiará da cultura lockeana, e menos sofrerá da anarquia hobbesiana.

Além desta introdução e das considerações finais, a proposta deste artigo é desenvolvida em mais três seções. A primeira discutirá algumas características do confucionismo que impõem problemas estruturais à democratização. Nesse sentido, após apresentar a definição de democracia e valores democráticos de Huntington (1991; 1996), tenta-se verificar o argumento sobre a incompatibilidade entre confucionismo e democracia. Na sequência, serão apresentados a identidade corporativa e os interesses de Taiwan, a fim de explicar por que era vantajoso para este ator tornar-se uma democracia apesar desses problemas estruturais.

A segunda seção analisa o papel de fatores externos no movimento de Taiwan em direção à democratização. Portanto, desenvolve-se aqui uma investigação sobre como as culturas hobbesiana e lockeana influenciaram Taiwan a mudar sua identidade-tipo de um regime autoritário para uma democracia relativamente liberal, de 1991 a 2001.

A terceira seção apresenta uma análise empírica: a crise do Estreito de Taiwan, ocorrida em 1995-1996, um caso que serve aos nossos propósitos por mostrar as culturas hobbesiana e lockeana em choque durante o processo de democratização de Taiwan. Posteriormente, o tópico seguinte aponta como essas culturas de anarquia mudaram a identidade do tipo de nosso objeto de análise.

2 COMPREENDENDO OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS E A IDENTIDADE DE TAIWAN: A RELAÇÃO ENTRE CONFUCIONISMO E DEMOCRACIA

De acordo com Wendt (1999), a ontologia da estrutura social é de caráter ideacional, o que significa que ela é feita principalmente por ideias. Baseando-se nisso,

este trabalho inicialmente assume que as ideias que permeiam a civilização confucionista apresentam obstáculos para a democratização, conforme argumenta Huntington (1991; 1996). São esses obstáculos que explicam o que aqui se denominou de “problemas estruturais”. Como será explorado adiante, até mesmo estudiosos que afirmam que a democracia e o confucionismo são duas ideias compatíveis entre si - como Shin (2012) ou Fukuyama (1995) - argumentam que elas não são perfeitamente conciliáveis. Nesse sentido, valores como responsabilidade, participação da sociedade, igualdade, educação e tolerância, apresentadas por esses autores, são todas crenças confucianas que não atendem inteiramente à definição de democracia, nem valores democráticos, da maneira como são exercidas na civilização confuciana.

Mas o que realmente significa o conceito de civilização confucionista? Huntington (1996) defende que, o que ele chama de “civilização”³, é somente um modelo ou um mapa para ciência social. Nesse sentido, Huntington argumenta que qualquer mapa ou modelo é uma abstração que pode ser mais útil para alguns objetivos do que para outros⁴. Para ele, após o fim da Guerra Fria, as maiores civilizações contemporâneas são a sínica⁵ ou confucionista, a japonesa, a hindu, a islâmica, a ortodoxa, a ocidental, a latino-americana e, possivelmente, a africana. Dessa forma, cada uma dessas civilizações tem valores centrais diferentes e, por isso, podem entrar em choque entre si. No caso da civilização ocidental, os valores centrais são a democracia e as ideias a ela relacionadas.

Em se tratando de democracia, uma das definições mais utilizadas é a de Robert Dahl⁶ (2005). Entretanto, esse artigo não seguirá a tradição de Dahl;

- 3 Huntington (1996) aponta seis aspectos da civilização com o objetivo de defini-lo. A primeira é abordar a civilização no plural, não no singular. O segundo aspecto é que as civilizações são entidades culturais. Nesta questão, tanto a civilização quanto a cultura se referem ao modo geral de vida de um povo, e uma civilização é uma cultura em larga escala. O terceiro aspecto é que a civilização é uma “totalidade”, o que significa que nenhuma de suas unidades constituintes pode ser totalmente entendida sem referência à civilização abrangente. O quarto aspecto é que as civilizações deixam de existir, no entanto, elas também são longevas. A quinta característica das civilizações é que as civilizações são entidades culturais, não políticas. O último diz respeito à identificação das principais civilizações da história. Segundo ele, os especialistas diferem apenas no número das grandes civilizações e não em sua identidade.
- 4 Segundo Huntington (1996), as pessoas precisam de um mapa capaz de retratar e simplificar a realidade de uma maneira que melhor sirva a seus propósitos. Huntington, então, observa que vários mapas ou paradigmas da política mundial avançaram no final da Guerra Fria, e seu mapa sobre o choque de civilizações é um deles.
- 5 Huntington, em seu artigo publicado em 1993, rotulou a civilização chinesa como civilização confucionista. Em seu livro, no entanto, ele mudou para a civilização sínica. Este artigo usa o termo antigo. Isso se deve principalmente ao objeto de estudo que esta pesquisa aborda. A seleção, portanto, não é arbitrária. A esse respeito, Huntington (1996) observa que na década de 1990 o governo taiwanês se declarou “o herdeiro do pensamento confuciano”. Além disso, Jung (1993) argumenta que o confucionismo define a quintessência do cinismo.
- 6 Dahl (2005) afirma que a igualdade entre os indivíduos é essencial para a democracia, pois permite uma confirmação aberta do poder e da participação política inclusiva. Nesse sentido, tendo a contestação pública e a inclusão como pontos de partida, a democracia ainda exige oito condições para existir - o chamado procedural mínimo. São elas: 1) liberdade de formar e ingressar em organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos públicos; 5) direito dos líderes políticos de competir por apoio e votos; 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e justas; e, finalmente, 8) as instituições para elaborar políticas governamentais dependem de votos e outras expressões de preferência.

em contrapartida, usar-se-á a abordagem de Huntington⁷ (1991; 1996) para quem a ideia de democracia confuciana é uma contradição em termos, uma vez que o adjetivo “confuciana” não pode qualificar o substantivo democracia. Uma postura similar está imbricada na pergunta de pesquisa deste artigo e, por questão de coerência metodológica, optou-se pela definição de Huntington (1991)⁸, para quem a democracia moderna se baseia em dois princípios. O primeiro é a extensão do direito ao voto para, pelo menos, 50% da população masculina. Já o segundo critério é de que o governo se alterne em eleições periódicas. Huntington faz uso dessa definição para mensurar o que ele denomina de ondas de democracia. O primeiro país a se encaixar nessa definição foram os EUA, em 1826, e esse fato iniciou a primeira onda de democracia. Taiwan compõe o rol de países da terceira onda (ZHU *et al*, 2001).⁹

Contudo, dado sua simplicidade, essa definição de democracia é insuficiente para que se possa cumprir com os propósitos deste trabalho. O entendimento de Huntington acerca de valores democráticos, destarte, pode complementar essa definição. De acordo com Huntington (1991), o confucionismo enfatiza a importância do grupo sobre o indivíduo, da autoridade sobre a liberdade e da responsabilidade civil sobre o direito civil, e esses valores comprometeriam o avanço para a democracia. Individualidade, liberdade e o Estado de Direito são apenas alguns exemplos de valores democráticos que influenciam a democratização e sua manutenção. Nas palavras de Huntington (1996, p. 238), a herança confuciana “with its emphasis on authority, order, hierarchy, and the supremacy of the collectivity over the individual, creates obstacles to democratization.”¹⁰. Em suma, Huntington entende o confucionismo como não democrático ou antidemocrático.

Huntington não é o único a negar compatibilidade entre democracia e confucionismo. Dahl (1989), por exemplo, percebe o confucionismo como um sistema guardiano, ou seja, um sistema onde somente os guardas mais qualificados são capazes de governar. Esse modelo influenciou o desempenho econômico de

7 Para manter critérios de replicabilidade científica, uma vez que este estudo escolheu testar uma premissa de Huntington, consideraremos como nosso ponto de partida a mesma base conceitual adotada pelo autor.

8 De fato, Huntington (1984) considera que a definição de Dahl não é muito útil para a análise empírica comparativa. Para ele, a definição de democracia de Dahl implica que o sistema político democrático é completamente ou quase completamente responsável por todos os seus cidadãos. Assim, como ele aponta, embora tal definição possa ser relevante para a teoria política normativa, ela tem pouca aplicabilidade em estudos comparativos.

9 De acordo com esta tipologia, a primeira onda democrática ocorreu entre 1828 e 1926, na esteira das ideias oriundas das revoluções francesa e americana. A segunda onda acontece do fim da Segunda Guerra Mundial até a eclosão dos regimes ditatoriais latino-americanos, nos anos 1960. A terceira onda iniciou-se nos anos 1970, com a redemocratização da Grécia (1974) e Espanha (1976), expandindo-se nos anos seguintes à América Latina.

10 Com sua ênfase na autoridade, ordem, hierarquia e supremacia da coletividade sobre o indivíduo cria obstáculos para a democratização. (Tradução nossa)

países confucianos como China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan (YU, 2000). Além disso, tal qual argumento de Huntington, a China é o país central da civilização confuciana e, portanto, ela tem o poder de atrair países culturalmente similares. Nesse contexto, considerando os países confucianos, não somente a democracia é algo difícil de se atingir, mas também, uma vez passado pelo processo de democratização, esses países poderiam perdê-la devido ao poder da influência chinesa. Esse argumento está associado com o excepcionalismo cultural chinês¹¹ descrito por Kissinger (2011).

O excepcionalismo cultural chinês pode minar a democracia em Taiwan. Dessa maneira, a performance do sistema chinês é outra característica dos supostos problemas estruturais relacionados à democratização de Taiwan. De fato, de acordo com Zhu *et al* (2001), a corrupção e o baixo crescimento econômico de Taiwan, no início dos anos 2000, levaram muitos taiwaneses a desacreditar na democracia e, assim, ansiar pela volta do modelo guardiano. O excepcionalismo cultural chinês, no entanto, deve ser relativizado. Como Huntington (1996) mesmo afirma, intelectuais chineses pensavam, no início do século XX, que o confucionismo era a fonte do atraso chinês. Contrariamente a isso, ao final do mesmo século, líderes políticos chineses garantiam que o confucionismo era a fonte do progresso chinês. Portanto, a árdua tarefa de tentar prever quais resultados políticos poderão advir do confucionismo.

Se para esses autores os valores confucianos são incompatíveis com os valores democráticos, para Shin (2012) e para Fukuyama (1995) existem alguns aspectos da civilização confucionista que favorecem a democracia, tais como *accountability*, participação societal, igualdade, educação e tolerância. Shin (2012) argumenta que o confucionismo valoriza a ordem societal e lealdade civil para com o Estado, e precisamente por isso, a *accountability* dos governantes é importante para as pessoas.

De acordo com ele, na tradição confuciana, os governantes precisam tomar conta do bem-estar da população, e esses governantes somente são considerados legítimos quando fazem isso. Esse tipo de *accountability*, entretanto, não se encaixa na definição de democracia e de valores democráticos usada neste artigo. O próprio Shin (2012) afirma que esses princípios não são totalmente relacionados com a definição de democracia como o governo do povo, ao contrário, essas ideias que guiam as ações do povo e dos governantes se encaixariam na definição de democracia para o povo.

11 Kissinger (2011) afirma que enquanto o excepcionalismo americano é missionário e, dessa forma, os Estados Unidos sentem-se na obrigação de espalhar seus valores para o mundo, o excepcionalismo chinês é cultural. Assim, para ele, a China não “proselitiza”; não afirma que suas instituições sejam relevantes fora da China. No entanto, a China contemporânea é herdeira da tradição do Reino Médio (Zhōngguó), que tributava outros Estados com base em sua aproximação às formas culturais e políticas chinesas, o que é, para Kissinger, um tipo de universalidade cultural.

Shin (2012) defende que a participação social é central para as sociedades democráticas. Segundo ele, para o confucionismo, é responsabilidade do Estado promover participação pública por meio de uma educação comum a todos, e percepção é uma maneira de incentivar a mobilização social. Ademais, argumenta que confucionistas acreditam que a igualdade dos indivíduos é um direito natural. Uma consequência dessa atitude para o campo político é o esforço de prover educação universal, independentemente do histórico de vida dessas pessoas. Segundo Shin, bem como o confucionismo, a democracia desenvolveu um cidadão informado a partir da educação para manter o princípio da cidadania democrática.

Nessa mesma lógica, Fukuyama (1995) considera dois outros pontos de convergência entre confucionismo e democracia: a educação e a tolerância. Fukuyama aponta que educação não é um requerimento formal para a democracia, entretanto, ele afirma que indivíduos não conseguem se inteirar dos debates políticos e, portanto, não podem participar deles se não possuem um alto nível de conhecimento da leitura e da escrita. Além disso, nessa visão, a educação pode levar a civilização confuciana à democracia, porque ela tende a gerar renda e tornar os indivíduos mais preocupados com questões não propriamente da esfera econômica, como reconhecimento e participação política. No que concerne à tolerância, Fukuyama diz que, se comparado com o islamismo e com o cristianismo, o confucionismo pode ser considerado mais tolerante.

Depois de ponderar as ideias desses autores, a questão central passa a ser: quais são os limites desses problemas estruturais? Huntington (1984) destaca quatro pontos que propiciam a democracia, a saber, igualdade e riqueza; estrutura social; ambiente externo; e o contexto cultural. A cultura em nível doméstico importa, no entanto, existem pelo menos três limites ao que é percebido como obstáculo cultural. Primeiro, a relação entre cultura e sistema político pode ser mal interpretada. Segundo, culturas, por serem demasiado complexas, possuem elementos compatíveis com qualquer tipo de regime político. Terceiro, culturas mudam com o tempo, não são estáticas. O contexto cultural, assim como o desenvolvimento econômico, não é capaz de sozinho explicar a democracia.

A civilização confuciana não parece ser totalmente incompatível com a democracia. Além disso, embora importante, a democracia não explica o processo de democratização. No entanto, mesmo fazendo parte de uma democracia relativamente liberal, o povo taiwanês problematiza a questão de o confucionismo ser um obstáculo para uma democracia sólida¹². Com base nisso, é possível afirmar

12 Os movimentos democráticos e sociais em Taiwan percebem o confucionismo como uma fonte de autoritarismo e, portanto, irreconciliável com seus princípios. Nesse sentido, um estudo realizado por Fetzer e Soper apresenta entrevistas conduzidas em Taiwan e mostra que os defensores dos direitos indígenas, da liberdade de imprensa e dos direitos das mulheres se opõem fortemente aos valores confucianistas na sociedade taiwanesa. Para eles, valores como a harmonia social, a piedade filial e a ênfase no ethos comunitário são frequentemente usados para legitimar regimes autoritários (FETZER; SOPER, 2010).

que uma vasta parte dos valores confucianos não estão em consonância com a democracia. Contudo, se essa afirmação é verdadeira, como explicar o motivo pelo qual Taiwan quer superar esses problemas estruturais? Por que será que Taiwan não foi atraído pela China, país central da civilização confuciana? O próximo tópico discorre sobre essas questões.

2.2 A identidade corporativa e os interesses de Taiwan

A identidade corporativa de Taiwan conforma-se à identidade de Estado¹³. De acordo com Wendt (1999), a identidade pessoal ou corporativa é constituída por estruturas auto-organizáveis e homeostáticas que distingue o “Self” do “Other”.¹⁴ Nesse sentido, em um nível mais abrangente, o pertencimento de Taiwan à civilização confuciana é um componente importante da identidade de Taiwan que, por sua vez, estabeleceu problemas estruturais para a implementação de democracia. Outra característica importante da identidade taiwanesa é sua história enquanto Estado — ou enquanto parte de um Estado — entendida como um processo de sua construção.

Desse modo, em resumo, o recorte principal da história de Taiwan, observando os objetivos deste artigo, inicia-se depois da derrota chinesa na Guerra Sino-Japonesa (1874-1895). Essa derrota resultou no tratado de Shimonoseki, que obrigou a China a ceder Taiwan¹⁵ ao Japão (KO, 2004). Taiwan voltou a fazer parte da China ao final da Segunda Guerra Mundial, entretanto, em 1949, Chiang Kai-shek transferiu o Partido Nacionalista (Kuomintang-KMT) para Taiwan em virtude da guerra civil entre nacionalistas e comunistas na China (KO, 2004).

Para Tang (2011), devido a sua postura anticomunista durante a Guerra Fria, os EUA entendiam Taiwan como um importante aliado. Graças a essa aliança, como Tang argumenta, os EUA reconheceram o governo de Taiwan como o único legítimo

13 Consequentemente, Taiwan preenche todos os requisitos destacados por Wendt (1999) com relação às características de um Estado, que são: ter uma ordem institucional-legal; uma organização que reivindica o monopólio do uso legítimo da violência organizada; uma organização com soberania; uma sociedade; e território. Além disso, apesar das controvérsias sobre o status político de Taiwan, ele tem uma independência de facto (KUNTIC, 2015). Isso significa que, embora Taiwan não possua a soberania de jure reconhecida por todos os estados do sistema internacional, ele exerce algum nível de soberania. Em suma, Taiwan tem autonomia e goza de uma soberania de fato, e caracteriza sua identidade corporativa como Estado.

14 Para uma discussão atualizada sobre o papel da alteridade nas Relações Internacionais, focada principalmente na chamada alteridade radical entre “Eu” e “Outro”, ver a recente contribuição de Nordin e Smith (2019). Ao construir uma tipologia de quatro alteridades, eles exploram questões sensíveis como dominação e assimilação, considerando, como referências epistemológicas, os pensamentos chineses e ocidentais.

15 Ko (2004) argumenta que o Japão investiu pesadamente tanto na infraestrutura de Taiwan quanto no seu sistema educacional e, consequentemente, isso ajudou Taiwan a desenvolver sua economia na segunda metade do século XX.

sobre toda a China e manteve essas relações até 1979. No entanto, Tang assinala que em janeiro de 1979 os EUA transferiram o reconhecimento diplomático de Taipei para Pequim, e os EUA acordaram com a “Política de uma China”¹⁶, por meio do qual se entende que Taiwan é uma parte da China.

Em 1979, o congresso dos EUA aprovou a Lei de Relações com Taiwan (Taiwan Relations Act – TRA), que levanta seis pontos políticos centrais e, entre eles, há a declaração de Jimmy Carter que “the future of Taiwan will be determined by peaceful means.”¹⁷ (NAVARRO, 2016, p. 4). O TRA reconhece Taiwan como um importante (apesar de não oficial) parceiro americano na Ásia no setor de defesa e articula um comprometimento formal dos EUA para com a defesa taiwanesa (TKACIK, 2007). Navarro (2016, p. 4) sublinha que o TRA não somente faz com que os EUA se comprometam, ainda que indiretamente, com a proteção de Taiwan em uma eventual tentativa de Pequim de utilizar sua força militar, mas também justificaria uma intervenção dos EUA no caso dos boicotes turísticos e embargos econômicos que Pequim já usa contra Taipei.

Para os EUA, essa parceria especial com Taiwan como seu aliado virtual é importante por diversas razões, e Tkacik (2007) levanta os motivos estratégicos, políticos e econômicos para tanto. Do lado geopolítico, Tkacik (2007, p. 9) afirma que Taiwan ocupa 13.000 milhas quadradas do setor estratégico que o general Douglas MacArthur uma vez chamou de “litoral defense line in the Western Pacific” dos Estados Unidos, um princípio fundamental da estratégia de segurança dos EUA no Pacífico Ocidental. Já a partir das perspectivas política e econômica, e durante o período compreendido no marco temporal desse trabalho, Taiwan tinha uma população maior que a da Austrália, um Produto Interno Bruto (PIB) maior que o da Indonésia, e uma base tecnológica que, na Ásia, ficava atrás apenas do Japão. Além disso, Taiwan era o oitavo maior parceiro comercial e o sexto consumidor de produtos agrícolas dos EUA. Na posição de parceiro dos EUA no campo da defesa e da inteligência, Taiwan auxiliou os EUA contra a aliança sino-soviética.

Essas características de identidade de Taiwan são importantes para os EUA. De forma similar, existem outros elementos que são percebidos de forma diferente a partir da perspectiva chinesa. Nesse sentido, Tang (2011) destaca que a China encara Taiwan como uma província rebelde, que é etnicamente Han¹⁸ e que, ao final do século XIX, era administrada como uma província comum. Portanto, na visão chinesa,

16 A Política de Uma China (ou One China policy, na expressão em inglês) refere-se ao entendimento tanto de Taiwan como da China continental de que ambos territórios constituem o mesmo país, entretanto, para Taiwan o Partido Comunista Chinês é ilegítimo e para a China o governo de Taiwan é fruto de uma dissidência rebelde e, portanto, ilegítimo. (KISSINGER, 2011)

17 O futuro de Taiwan será determinado por meios pacíficos. (Tradução nossa)

18 O chinês Han é o maior grupo étnico da China. Eles se expandiram a partir de sua base original no vale do rio Amarelo, gradualmente atraindo sociedades vizinhas em vários estágios de aproximação dos padrões chineses (KISSINGER, 2011).

que se utiliza de critérios étnicos e linguísticos, Taiwan pertence a China. Para Wendt (1999), a identidade ajuda a moldar os interesses dos Estados que, por sua vez, referem-se ao que os atores desejam. A esse respeito, um ator não sabe o que deseja até que defina o que ele é, portanto, interesses designam motivações que ajudam a explicar o comportamento desses atores. Uma vez explorados alguns componentes da identidade de Taiwan, este artigo pode agora explorar seus interesses.

Para Wendt (1999), existem dois tipos de interesses: o objetivo e o subjetivo. Os interesses objetivos estão relacionados à reprodução de uma identidade. Sem sua concretização, a identidade cessa de existir. Por outro lado, os interesses subjetivos referem-se às crenças que os atores têm sobre como eles devem atingir as suas necessidades. Logo, em se tratando dos interesses objetivos dos Estados, Wendt afirma que eles compartilham os seguintes interesses: sobrevivência física, defesa de sua autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva. De acordo com Zhu (2005), a China representa uma ameaça aos interesses objetivos de Taiwan.

Embora a percepção de ameaça aos interesses objetivos esteja no campo dos interesses subjetivos, como Wendt (1999) enfatiza, essa percepção é fundamentada em uma base concreta. A esse respeito, “there is an enduring collective memory of how Taiwanese have suffered subordination and victimization by external forces, especially from Beijing, and along with this memory goes a widely shared desire for self-determination”¹⁹ (ZHU, 2005, p. 52). Portanto, a resposta para a questão de por que Taiwan quer se tornar uma democracia está ligada à defesa de seus interesses objetivos. A mudança de sua identidade-tipo de regime autoritário para democracia, como será discutido neste artigo, é um interesse subjetivo que visa salvaguardar sua sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva. A próxima seção irá desenvolver fatores externos que contribuíram para essa mudança na identidade-tipo de Taiwan enfocando, principalmente, na cultura de anarquia da China e dos Estados Unidos, ambas com relação à Taiwan.

3 O PAPEL DE FATORES EXTERNOS NO MOVIMENTO DE TAIWAN EM DIREÇÃO À DEMOCRACIA: UM ESTUDO DA INFLUÊNCIA DE CHINA E ESTADOS UNIDOS

A cultura doméstica, embora importante, não é o único elemento que importa quando se trata de democratização. Huntington (1984) afirma que existem quatro variáveis que devemos levar em consideração para entender a democratização: 1) riqueza e igualdade; 2) estrutura social; 3) ambiente externo; e 4) contexto cultural. Naturalmente, o poder explicativo de cada uma dessas variáveis muda de caso a caso. Assim, um conjunto de ideias relativas ao ambiente externo e ao desenvolvimento econômico, por exemplo, poderia fornecer elementos analíticos adicionais para

19 Há uma memória coletiva duradoura de como os taiwaneses sofreram a subordinação e a vitimização por forças externas, especialmente de Pequim, e junto com essa memória há um desejo amplamente compartilhado de autodeterminação. (Tradução nossa)

explicar a democracia em Taiwan. E isso, mesmo em face aos problemas estruturais relacionados à civilização confuciana pois, traduzindo o pensamento de Huntington (1991; 1996) em linguagem metodológica, a relação entre confucionismo e democracia não pode ser de o primeiro atuar como uma variável independente e a segunda ser uma variável dependente, uma vez que confucionismo não produz, sozinho, democracias liberais. Dessa maneira, essa seção focar-se-á nos fatores externos e fará isso utilizando o arcabouço teórico de Wendt como referencial²⁰.

Segundo Wendt (1999), a estrutura afeta os agentes de forma constitutiva e, devido a essa relação agente-estrutura, a estrutura pode ter efeitos causais sobre os agentes. Portanto, o sistema internacional, que está inserido em uma cultura de anarquia, não apenas constrói agentes como os Estados, mas também pode moldar seu comportamento. Da mesma forma, em virtude do fato de que uma relação constitutiva é sempre relacional, as ideias dos Estados sobre seus congêneres e sobre o sistema constroem a anarquia — logo, a anarquia é o que os Estados fazem dela. Os Estados têm suas próprias propriedades, e Wendt as categoriza como identidades e interesses. Por um lado, essas identidades e interesses são a base para a construção das culturas do sistema internacional, que podem ser do tipo hobbesiano, lockeano ou kantiano. Por outro lado, essas culturas da anarquia podem influenciar as propriedades dos Estados, e essa é a característica sistêmica ou holística da teoria de Wendt.

20 Huntington (1984; 1991) também fornece uma explicação sistêmica para a democratização.

No entanto, a democratização de Taiwan não é totalmente coberta pelo referencial teórico de Huntington. Segundo Huntington (1984), o ambiente externo tem um grande peso na explicação da democratização. De fato, todos os aspectos da terceira onda de democracia têm características sistêmicas: (1) a falta de legitimidade dos regimes autoritários; (2) o crescimento econômico global sem precedentes da década de 1960; (3) a notável mudança na doutrina e nas atividades da Igreja Católica manifestada no Concílio Vaticano II de 1963-65; (4) as políticas de atores externos, como os EUA, a Comunidade Europeia e a União Soviética; e (5) a bola de neve (HUNTINGTON, 1991). Alguns desses fatores que causaram a terceira onda de democracia são variáveis antecedentes, no entanto, alguns desses facilitadores sistêmicos para a democratização têm pouco a ver com a democratização de Taiwan. Por exemplo, Huntington (1996) afirma que os líderes cristãos promoveram o movimento em direção à democracia em Taiwan, apesar de ele mesmo reconhecer que essa influência foi muito limitada. Além disso, outra explicação limitada da terceira onda sistêmica para a democratização em Taiwan é a bola de neve — o efeito de demonstração das transições no início da terceira onda em estimular e fornecer modelos para os esforços subsequentes de democratização. Como Huntington (1991) aponta, se um país carece de condições internas favoráveis à democracia, como o contexto cultural, por exemplo, é improvável que a bola de neve promova a democratização. Além disso, é possível argumentar a favor de um efeito de bola de neve na Ásia após a democratização de Taiwan e da Coreia do Sul. Desta forma, Huntington (1991) argumenta que as sociedades influenciadas pelo confucionismo têm sido hostis à democracia. Em suas palavras: “[...] in East Asia only two countries, Japan, and the Philippines had sustained experience with the democratic government prior to 1990. In both cases, democracy was the product of an American presence.” (HUNTINGTON, 1991, p. 24). Dado esse contexto, a bola de neve no leste da Ásia é bastante restrita para entender a democratização de Taiwan.

Nesse sentido, esta seção tenta explicar como as culturas da anarquia mudaram as propriedades de Taiwan, isto é, sua identidade e interesses. Assim, abordará as duas culturas do sistema internacional que mais importam quando se trata do processo de democratização em Taiwan, em outras palavras, as culturas hobbesiana e lockeana. Essas culturas, em um processo relacional com Taiwan, foram associadas à China e aos Estados Unidos, respectivamente.

3.1.1 A cultura hobbesiana: a relação entre Taiwan e China

A relação entre a China e Taiwan, de acordo com o conceito de civilização de Huntington, deveria ser harmônica. Huntington (1996) afirma que, no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos são culturais, e não ideológicas, políticas ou econômicas. Para ele, as pessoas definem-se em termos de ancestralidade, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Além disso, Huntington afirma que as pessoas se identificam com grupos culturais como, no nível mais amplo, civilizações. Nesse sentido, as pessoas usam a política não apenas para promover seus interesses, mas também para definir sua identidade. Uma vez que as pessoas tenham constituído sua identidade, elas podem buscar seus interesses. A construção da identidade dos povos se dá mediante a interação com o outro. Nas palavras de Huntington, "*we know who we are only when we know who we are not and often only when we know whom we are against*"²¹ (p. 21).

Apesar dessa cultura chinesa compartilhada, a agenda política entre China e Taiwan não tem melhorado. Huntington (1996) lembra que, do ponto de vista econômico, o desempenho de Taiwan depende cada vez mais da China, e não dos EUA, seu antigo parceiro comercial. Contudo, a relação entre as duas Chinas no lado político está deteriorando cada vez mais. Huntington ressalta que, em 1995, a relação entre a China e Taiwan declinou devido a um esforço por reconhecimento diplomático e admissão em organizações internacionais realizadas pelo governo taiwanês. A situação piorou com a tentativa de Taiwan de tornar-se uma democracia em 1995-1996.

Depois de uma visita aos Estados Unidos em 1995, o ex-presidente taiwanês Lee Teng-hui pediu melhorias na democracia de Taiwan. O governo e a sociedade taiwanesa atenderam a sua demanda. Em dezembro de 1995, Taiwan realizou eleições legislativas. Em março de 1996, Taiwan realizou eleições presidenciais pela primeira vez em sua história. A resposta da China foi rápida e dura. O governo chinês testou mísseis em águas próximas aos principais portos taiwaneses. Além disso, a China envolveu-se em exercícios militares perto de ilhas no exterior controladas por Taiwan (HUNTINGTON, 1996).

21 Nós nos conhecemos apenas quando sabemos quem nós não somos e, muitas vezes, só quando sabemos contra quem nós estamos. (Tradução nossa)

Nesse contexto, Huntington (1996, p.173) levanta duas questões relativas ao futuro de Taiwan como uma democracia. Em primeiro lugar, “for the present, can Taiwan remain democratic without becoming formally independent?”²² E, em segundo lugar, “in the future could Taiwan be democratic without remaining actually independent?”²³. Essas duas questões ligam democracia e independência, como uma relação causal direta. De fato, para Tang (2011), na narrativa política, democracia e independência andam de mãos dadas. Tang, em seu estudo sobre como o jornal americano, *The New York Times*, aborda a questão de Taiwan, percebeu que a retórica da independência taiwanesa está entrelaçada com a retórica da democracia e da liberdade. Nesse sentido, não apenas acadêmicos, mas também a mídia e a opinião pública fazem uma correlação entre democracia e independência no caso de Taiwan.

Como Huntington (1996) argumenta, a democratização de Taiwan e, eventualmente, a possibilidade de trazer independência a esse país, representa um risco para a integridade territorial da China. Além disso, Gupta (2005), ao comparar as políticas da China em relação a Taiwan e ao Mar do Sul da China, afirma que, na perspectiva chinesa, a disputa chinesa por Taiwan é legitimada por referência aos princípios morais do anticolonialismo e do anti-hegemonismo. Assim, para a China, “the reunification of Taiwan is the culmination of the process of anti-imperialist, anti-colonial struggle launched by the CCP in the last century”²⁴ (GUPTA, 2005, p. 249).

Portanto, levando em consideração a visão da China sobre a questão de Taiwan, os argumentos de Huntington sobre a civilização poderiam funcionar. De fato, as diferenças ideológicas entre a China e Taiwan parecem importar menos para a China do que sua proximidade cultural. Taiwan simboliza para a China um importante componente de sua identidade. Além disso, sua reunificação com Taiwan poderia ser considerada como a superação de seu século de humilhação (KISSINGER, 2011). No entanto, a reunificação com Taiwan também significa a realização de objetivos concretos, como geoestratégicos ou nacionalistas. E, para atingir tais objetivos, a China segue uma política econômica pragmática que visa a uma profunda integração econômica com Taiwan, mas também persegue essa tarefa através da frente militar (GUPTA, 2005). Tal abordagem não parece se encaixar nas ideias de Huntington sobre civilização, cuja proximidade cultural leva à cooperação e harmonia.

Do ponto de vista chinês, as ameaças, bem como os conflitos dirigidos a Taiwan, poderiam ser explicados a partir do que Huntington (1996) chama de país dividido²⁵.

22 No momento presente, Taiwan pode continuar sendo democrática sem tornar-se formalmente independente? (Tradução nossa)

23 No futuro, Taiwan poderia ser uma democracia sem manter sua atual independência? (Tradução nossa)

24 A reunificação de Taiwan é a culminação do processo de luta anti-imperialista e anticolonial lançada pelo PCC no último século. (Tradução nossa)

25 Huntington (1996) define como países divididos (*torn countries*, no inglês) aqueles que tentam afiliar-se a outra civilização. Segundo ele, pelo menos três requisitos devem ser atendidos para que um país destruído redefina sua identidade civilizacional. O primeiro diz respeito à elite política e econômica do país, que deve apoiar geralmente esse movimento. O segundo envolve a esfera doméstica, portanto, o público tem que estar, pelo menos, disposto a concordar com a redefinição da identidade. A última está relacionada à civilização hospedeira, na qual seus elementos dominantes devem estar dispostos a abraçar o convertido.

Para ele, os países divididos são aqueles dispostos a mesclar-se com outra civilização, no caso de Taiwan, com a civilização ocidental. A esse respeito, quanto mais Taiwan se fragmenta culturalmente, mais representa uma ameaça para a China, e isso poderia explicar os confrontos entre ambos. Mas se este for o caso, uma pergunta que precisa ser considerada: por que razão Taiwan estaria se aproximando da civilização ocidental? Essa questão não encontra, no arcabouço teórico de Huntington, ferramentas para ser respondida satisfatoriamente, já que, segundo ele, diferentemente dos impérios que ascendem e caem, ou dos governos que vêm e vão, as civilizações permanecem, elas são capazes de sobreviver a convulsões econômicas, políticas e até ideológicas.

Diante desse cenário em que a teoria de Huntington é insuficiente para explicar por que Taiwan está se movendo em direção à civilização ocidental ou, em outras palavras, por que Taiwan se tornou uma democracia, essa pesquisa irá abordar as culturas de anarquia, pois esses fatores externos ajudam a explicar o fenômeno de democratização. Neste artigo, entende-se que a relação entre a China e Taiwan durante o período em análise — de 1991 a 2001 — era predominantemente de uma cultura hobbesiana. Um país dentro dessa cultura não reconhece o direito do Eu de existir como um ser autônomo e, em virtude disso, ele não limitará, de forma voluntária, sua violência contra o Outro (WENDT, 1999).

Nesse sentido, na interpretação chinesa da “Política de Uma China”, rejeita-se interpretação que sugira qualquer argumento menos que a soberania completa de Pequim sobre Taiwan (TKACIK, 2007). Assim, a China não reconhece Taiwan como um ente autônomo. Para Wendt (1999), na lógica da cultura hobbesiana, é provável que os estados tentem destruir ou conquistar aqueles percebidos como inimigos, e eles também tendem a considerar e orientar suas políticas em direção ao pior cenário possível. Esse resultado sugere que a guerra é sempre provável de acontecer. Tal conflito não aconteceu no período analisado — como será discutido na próxima seção — devido à relação especial entre Taiwan e os EUA, ou seja, na perspectiva wendtiana, a China limitou o uso da violência contra Taiwan porque estava constrangida por outras forças.

No entanto, a paz entre a China e Taiwan está longe de ser uma realidade. Ameaças são constantes, especialmente quando Taiwan tenta melhorar sua democracia ou busca reconhecimento diplomático por países ou organizações internacionais. Nesse sentido, existe um episódio bem elucidador a respeito das ameaças vindas da China para Taiwan durante sua democratização: a crise do estreito de Taiwan em 1995-1996. De acordo com Navarro (2016), esse foi um dos momentos mais delicados e perigosos da história recente de Taiwan.

No que concerne a esse caso, Taiwan viu-se diante do exercício de fogo de Pequim justaposto com o poder marítimo americano que o protegeu no seu processo de democratização. Para Navarro, a defesa da democracia em Taiwan é ambivalente por isso. Taiwan não deseja provocar Pequim — porque representa uma ameaça à sua identidade corporativa — e, ao mesmo tempo, tem ainda menos vontade de ceder às autoridades chinesas. Devido à sua importância, a crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996 e suas características hobbesianas e lockeanas serão analisadas na seção quatro.

3.1.2 A cultura lockeana: a relação entre Taiwan e Estados Unidos

Wendt (1999) argumenta que a cultura lockeana tem como núcleo um ambiente de rivalidade. Nesse sentido, os estados são constituídos por representações sobre o Eu e o Outro em relação à violência. No entanto, ao contrário da anarquia hobbesiana, os rivais não tentam conquistar ou dominar um ao outro, pois reconhecem a soberania de cada um. Na lógica da cultura lockeana, a guerra pode ser simultaneamente aceita e restringida, embora as guerras nessa anarquia não pretendam eliminar Estados. Além disso, essa lógica afirma que nesse sistema há uma associação relativamente estável ou baixa taxa de mortalidade ao longo do tempo. Os Estados nessa cultura também tendem a equilibrar o poder, e a neutralidade ou o não alinhamento se torna um status reconhecido. Para Wendt, a anarquia lockeana lembra o neorealismo de Waltz (1979), especialmente a política de autoajuda.

Wendt (1999) argumenta que, na cultura lockeana, as identidades-tipo têm um papel crucial. Assim, possuir tão somente uma identidade corporativa enquanto Estado pode ser insuficiente para atribuir a esse Estado a condição de “legitimidade”. Nessa cultura, Estados legítimos precisam estar em conformidade com os critérios de identidade-tipo. Para Wendt, a democracia e o capitalismo estão progressivamente se tornando formas dominantes de identidades-tipo dos Estados e, contra essa tendência global, a força desse movimento democrático sofre altos e baixos na Ásia. Por exemplo, como Tkacik (2007) argumenta, quanto mais forte a China fica, mais estados percebem o autoritarismo como uma alternativa ao modelo democrático norte-americano.

Nessa lógica, Huntington (1996) propõe que o crescente ceticismo sobre a democracia na Ásia tem relação com a cultura, especialmente na civilização confucionista, que se considera superior à civilização ocidental. Para ele, os países confucionistas percebem os EUA como um poder enfraquecido, assolado pela estagnação política, pela ineficiência econômica e pelo caos social, e atribuem esses infortúnios à democracia. Por outro lado, Huntington afirma que, apesar desses problemas estruturais para a democratização, o Ocidente gerou a crença de que uma revolução democrática global em curso, espalhando os direitos humanos e as formas ocidentais de democracia política, deveria prevalecer após o colapso da União Soviética. Tendo essa crença em mente, muitos ocidentais promoveram a política de espalhar a democracia pelo mundo.

Para Huntington (1996), os EUA foram os mais proeminentes desses promotores ocidentais da democracia nos anos 1990. Nessa visão, por exemplo, a administração Bush endossou que “*beyond containment lies democracy’ and that for the post-Cold War world President Bush has defined our new mission to be the promotion and consolidation of democracy.*”²⁶ (HUNTINGTON, 1996, p. 193).

26 “Além da contenção está a democracia” e que, para o mundo pós-Guerra Fria, o presidente Bush definiu nossa nova missão como promoção e consolidação da democracia. (Tradução nossa)

Portanto, considerada a importância fulcral da democracia para os EUA, a abordagem de Wendt (1999) sugere que seria preferível que Taiwan adequasse sua identidade-tipo para democracia devido a sua relação com os Estados Unidos.

Dessa maneira, segundo Tkacik (2007), a crença de que os EUA protegeriam o avanço de regimes democráticos é tão forte que Taiwan é considerada em todo o Leste Asiático — incluindo Pequim — como o termômetro do compromisso dos EUA com a Ásia democrática contra as pressões da China antidemocrática. Nesse sentido, para Taiwan, já que a democracia poderia melhorar sua imagem internacional para os EUA e para o mundo ocidental, era razoável que o País mudasse sua identidade-tipo para manter-se como corporativa. Além dessa característica democrática e capitalista atual da cultura lockeana, há também uma tendência a equilibrar o poder e a ser guiada por uma política de autoajuda. A esse respeito, devido ao acordo de Nixon-Kissinger de separar a China da União Soviética por meio do jogo de o “enemy-of-my-enemy-is-my-friend”²⁷, Taiwan perdeu reconhecimento como nação internacionalmente (NAVARRO, 2016).

Lasater (1993) destaca que, principalmente por causa da agenda da Guerra Fria dos EUA, Washington atribuía muito mais valor às relações estratégicas com a China continental, o que poderia servir de contrapeso à União Soviética, do que com Taiwan. Como resultado disso, durante a década de 1970 e grande parte da década de 1980 a relevância de Taiwan para os EUA caiu consideravelmente. Nessa perspectiva, Taiwan tornou-se quase um constrangimento para os Estados Unidos. No entanto, se para alguns Taiwan era visto como um constrangimento, para muitos ela foi tida como uma “moeda de troca”. A esse respeito, Navarro (2016) afirma que a Casa Branca tem periodicamente utilizado Taiwan em um jogo de Realpolitik e “Realekonomik” amoral para conquistar e aplacar a China, e os “três comunicados”²⁸ são bons exemplos dessa posição.

Portanto, as políticas dos EUA em relação a Taiwan são orientadas por uma lógica pragmática, o que faz sentido na cultura lockeana. Dessa forma, muitos acadêmicos (KELLY, 2004; TKACIK 2007; NAVARRO, 2016) levaram em conta os interesses dos EUA na Ásia e desenvolveram princípios orientadores sobre a relação dos EUA com Taiwan. Navarro (2016) é um deles, e ele levanta três ações que os EUA nunca deveriam fazer. Primeiro, ele afirma que os líderes americanos não deveriam se referir a Taiwan como uma “nação” ou “país”. No entanto, eles devem reconhecê-lo como uma “democracia” e “entidade política”, sinalizando assim a independência de facto de Taiwan, embora não de jure. Em segundo lugar, os líderes americanos não devem reconhecer a política de “Uma China, Dois Sistemas”²⁹

27 O inimigo do meu inimigo é meu amigo. (Tradução nossa)

28 Thian-Hok (1999) advocates that the three communiqués of 1972, 1979, and 1982 together have contributed to the increasing international isolation of Taiwan.

29 Uma China, Dois Sistemas (ou One China, Two Systems na expressão em inglês) refere-se à medida

e, igualmente, devem evitar se referir à política de “Uma China”. Finalmente, tanto o Congresso como a Casa Branca devem parar de reconhecer publicamente a necessidade de apaziguar a China na consideração de qualquer venda de armas a Taiwan, respeitando assim o TRA, que concede a Taiwan uma parceria militar especial com os Estados Unidos.

De forma similar, Kelly (2004) aponta quatro princípios fundamentais sobre o status de Taiwan. Primeiro, os EUA devem permanecer comprometidos com a política da China com base nos três Comunicados Conjuntos e na Lei de Relações com Taiwan. Em segundo lugar, os EUA não devem apoiar a independência de Taiwan ou movimentos unilaterais que mudariam seu status quo. Para ele: *“For Beijing, this means no use of force or threat to use force against Taiwan. For Taipei, it means exercising prudence in managing all aspects of cross-Strait relations. For both sides, it means no statements or actions that would unilaterally alter Taiwan’s status.”*³⁰ (KELLY, 2004, p. 64). Terceiro, os EUA devem continuar a vender equipamento militar defensivo a Taipei, de acordo com a Lei de Relações com Taiwan. Finalmente, os EUA devem manter sua capacidade de resistir a qualquer recurso à força ou outras formas de coerção contra Taiwan.

Outro estudioso que estabelece princípios que, para ele, deveriam nortear a política americana em relação a Taiwan é Tkacik (2007). Segundo ele, uma vez que a expansão global da democracia é um pilar da política externa americana na Ásia, os Estados Unidos deveriam se comprometer com três linhas de ação nesse sentido. Primeiro, os EUA devem combater os esforços de Pequim para isolar Taiwan, fortalecendo os laços comerciais entre Washington e Taipei e encorajando outras democracias a incluir Taiwan em agendas internacionais voltadas para temas como saúde, transporte, não proliferação, contraterrorismo e esforços de ajuda humanitária. Em segundo lugar, os EUA devem estar comprometidos com a sobrevivência de Taiwan como uma democracia, independentemente das reivindicações territoriais da China. Finalmente, os EUA devem reforçar as capacidades militares ofensivas de Taiwan, não apenas seu sistema defensivo.

Juntamente com o sistema de autoajuda e o equilíbrio de poder, outra característica importante da cultura lockeana é o reconhecimento mútuo da soberania. Nesse sentido, como já explorado no artigo, os EUA não reconhecem Taiwan como uma nação desde 1979. No entanto, como Thian-Hok (1999) afirma, o TRA concede a Taiwan relações não oficiais, mas amigáveis e estreitas com os Estados Unidos.

adotada pela China na ocasião da reintegração de Hong-Kong ao seu território, permitindo dois sistemas, o comunista (República Popular da China) e o democrático (Hong-Kong) centralizados numa só China (a República Popular da China) (KISSINGER, 2011).

30 Para Pequim, isso significa não usar força ou ameaça do uso da força contra Taiwan. Para Taipé, significa exercer prudência na administração de todos os aspectos das relações entre os estreitos. Para ambos os lados, isso significa que não há declarações ou ações que alterem unilateralmente o status de Taiwan. (Tradução nossa)

Além disso, Thian-Hok afirma que os EUA reconhecem a posição de Pequim de que existe apenas uma China da qual Taiwan é parte, no entanto, os EUA ainda não reconhecem a reivindicação de Pequim sobre Taiwan. Segundo ele, a distinção entre aceitação e reconhecimento está nos documentos do TRA e dos três comunicados.

Finalmente, essa cultura lockeana é importante do ponto de vista taiwanês porque, como Navarro (2016) argumenta, os EUA podem ajudar Taiwan a integrar o maior número possível de organizações internacionais, o que melhora o status internacional de Taipei. Além disso, como foi indicado no tópico anterior, por causa da relação entre os EUA e a democratização de Taiwan, Washington interveio na crise do Estreito de Taiwan em 1995-1996. A esse respeito, Tang (2011) destaca que o papel dos EUA como guardião da democracia não implica apenas responsabilidade, mas também capacidade. A próxima seção explorará as culturas anarquistas lockeanas e hobbesianas nesse relacionamento triangular U.S-China-Taiwan em pormenores.

4 A CRISE DO ESTREITO DE TAIWAN DE 1995-1996: AS CULTURAS HOBBSIANA E LOCKEANA EM CHOQUE DURANTE A DEMOCRATIZAÇÃO DE TAIWAN

De acordo com a definição de democracia³¹ usada neste artigo, em 1996, Taiwan ainda não era uma democracia. Embora eleito democraticamente, Lee Teng-hui pertencia ao partido governista de Taiwan à época (Kuomintang-KMT), isto é, a transição de poder não ocorreu nas eleições de 1996 (KO, 2004). Mesmo assim, realizar eleições presidenciais é um passo importante da democratização. Consequentemente, como a China não reconhece Taiwan como um ente autônomo, uma característica da cultura hobbesiana, ela tentou impedir a democratização de Taiwan. Isso porque, no âmbito do discurso, democracia e independência andam juntos (TANG, 2011). Por outro lado, devido ao sistema de autoajuda e razões pragmáticas, os EUA fizeram os esforços necessários para proteger Taiwan, operando assim em uma lógica lockeana. Esses efeitos hobbesianos e lockeanos em relação a Taiwan podem ser vistos na crise do Estreito de Taiwan em 1995-1996.

31 Conforme explorado anteriormente, a democracia moderna tem dois critérios. Primeiro, a extensão do direito de voto para pelo menos 50% da população masculina. Em segundo lugar, um governo que se alterna por meio de eleições periódicas (HUNTINGTON, 1991).

Whiting (2001), em seu estudo sobre o uso da força da China de 1950 a 1996, mostra que a tensão no Estreito de Taiwan em 1995-1996, embora siga alguns dos padrões de outros conflitos chineses, de igual maneira distingue-se desses em muitos aspectos. Em relação aos padrões militares chineses, Whiting examinou a doutrina militar manifestada em escritos históricos de Mao Zedong que enfatizam a tomada da iniciativa, a importância do primeiro passo. Ele também estudou advertências verbais e padrões de desdobramento do Exército de Libertação Popular (ELP), e essas forças armadas, em cada caso, indicaram a intenção de apoiar a dissuasão e a diplomacia coerciva. Whiting também avaliou, embora com poucas evidências, o nível de tomada deliberada e gestão de riscos pelo governo chinês.

As tensões no Estreito de Taiwan começaram em maio de 1995. Nessa ocasião, Lee Teng-hui, ex-presidente de Taiwan, contrariando as garantias de Washington a Pequim, recebeu um visto para visitar a Universidade de Cornell. Em junho, nessa universidade, Lee fez um discurso enfatizando o status internacional de Taiwan, o que iniciou uma onda de ataques retóricos de Pequim, seguidos por exercícios de mísseis ao norte e ao sul de Taiwan. No final de julho, a China intensificou as ameaças. Nesse sentido, o ELP disparou mísseis 80 milhas a nordeste de Taiwan em uma área circular de 10 milhas náuticas perto das rotas aéreas e marítimas entre o Japão e Taiwan. A China tinha dois objetivos principais com essa agressão: primeiro, advertir Washington contra mais apoio a Lee; segundo, impedir Lee de continuar seus movimentos em direção à independência de Taiwan. (WHITING, 2001).

Em novembro de 1995, o governo chinês advertiu sobre outra rodada de exercícios, que ocorreria antes e durante a eleição presidencial de Taiwan. A esse respeito, após um mês de desdobramentos, Pequim planejou exercícios de mísseis para os dias 8 e 15 de março durante o período de campanha de três semanas de Taiwan. Naquela época, essas implementações incluíam elementos de todas as três frotas do ELP, um número estimado de 300 aviões e 150.000 soldados. As áreas alvo eram a 32 milhas da costa sudoeste e as outras 22 milhas da costa nordeste, e cada uma dessas áreas continha um grande porto e uma base naval. No anúncio chinês, essas ações militares seriam “exercícios”, o que é diferente dos “testes” de 1995 (WHITING, 2001).

A resposta de Washington veio em 8 de março de 1996. O governo dos EUA anunciou um desdobramento do grupo de batalha do porta-aviões USS Independence a apenas algumas centenas de quilômetros de Taiwan. Esse porta-aviões continha dois destróieres, um cruzador e uma fragata. Em 9 de março, a China respondeu a esse anúncio relatando que um segundo exercício aéreo, terrestre e naval, em uma área de 17.000 quilômetros quadrados ao sul de Fujian,

e perto da linha média do Estreito de Taiwan, aconteceria de 12 a 20 de março. Em resposta, Washington ordenou que, em 11 de março, um segundo grupo de batalha de porta-aviões liderado pelo USS Nimitz, dois destróieres, um cruzador, uma fragata e um submarino partissem do Mar da Arábia e para apoiar a independência de Taiwan. Essa ação dos EUA não impediu os exercícios de força conjunta do ELP que, em 12 de março, começaram como programados (WHITING, 2001).

Em 15 de março, a New China News Agency anunciou um terceiro conjunto de exercícios de 18 a 25 de março. Esses exercícios terminariam dois dias após a eleição de Taiwan e cobririam 6.000 quilômetros quadrados ao redor da ilha de Haitan, na costa de Fujian, onde barcos anfíbios, helicópteros e as forças dos paraquedas se combinariam com as forças terrestres, aéreas e navais para praticar a captura dessa ilha. Politicamente, a China não alcançou alguns de seus objetivos com esses exercícios militares. Uma maioria de 54% do eleitorado elegeu Lee por vias democráticas. Por outro lado, a China alcançou um objetivo importante, que era evitar que Taiwan declarasse independência. Nesse sentido, o Partido Democrático Progressista (PDP) – o partido taiwanês que tinha a independência de Taiwan como seu principal projeto político na época – foi derrotado com apenas 21% dos votos (WHITING, 2001).

A crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996 difere dos padrões de uso da força chinesa em pelo menos três maneiras. Primeira, os exercícios iniciais de 1995 não eram preventivos, o que difere do padrão de uso da força na China. Em contraste, eles responderam à concessão de um visto dos EUA e às provocações de Lee na Cornell University. Em segundo lugar, embora os exercícios militares posteriores tenham tentado fazer diplomacia coercitiva sobre os eleitores de Taiwan ameaçando com o uso da força, a China não especificou a condição ou as circunstâncias precisas em que faria isso. Finalmente, o ELP permaneceu limitado a exercícios de fogo real que não envolviam forças de Taiwan ou dos EUA. Essa ausência de combate real pelo ELP diferencia essas tensões no Estreito de Taiwan dos conflitos anteriores como, por exemplo, o da Coreia (1950), do Estreito de Taiwan (1962), ou o ataque ao Vietnã (1979).

No entanto, os exercícios militares do ELP afetaram Washington. Nesse sentido, os EUA levaram a maior mobilização de forças em direção a Taiwan desde 1958. Além disso, essa crise desencadeou comunicações diplomáticas que levaram a uma troca de visitas em 1997 e 1998. Essa resposta dos EUA ocorreu mesmo com uma gestão de risco muito cuidadosa da China. Em meados de 1995, a China explicitamente agendou seus disparos de mísseis e avisou os EUA sobre seus exercícios. Além disso, os mísseis disparados não chegaram perto de Taiwan. Ademais, Pequim tomou várias medidas para informar Washington de

que nenhum ataque a Taiwan estava planejado, o que não aconteceu em todos os casos anteriores. A comunicação oficial de alto nível foi realizada com o objetivo de minimizar qualquer mal-entendido entre Washington e Pequim.

Como Whiting (2001) aponta, Taiwan é um valioso ativo econômico. A esse respeito, destruir Taiwan para uma subsequente reunificação seria uma “vitória de Pirro”. Por essa razão, a China pode ter limitado seu uso da força em relação à Taiwan. Outra explicação para a limitação da força da China, no entanto, tem a ver com os EUA. Whiting argumenta que um padrão de comportamento chinês é a dissuasão, evitando, assim, tomar iniciativa em um confronto direto ou indireto com os EUA. Nesse sentido, a China evita conflito militar com os EUA devido à assimetria de poder existente entre ambos. Portanto, embora a China não reconheça Taiwan como um ente autônomo, ela limita, de forma não voluntária, sua violência em relação a Taiwan, bem como a crise do Estreito de Taiwan mostrou.

Essa autolimitação chinesa em usar sua força ocorre principalmente por causa do relacionamento lockeano entre os EUA e Taiwan, como abordado no tópico anterior. Ter um aliado não oficial, mas próximo, capaz de proteger sua identidade corporativa, não é apenas imperativo para Taiwan; Washington também têm muitos interesses na região, uma vez que os Estados Unidos da América (EUA) são considerados tanto difusores quanto defensores³² da democracia (HUNTINGTON, 1996). Dessa forma, Tkacik (2007) afirma que uma união política de Taiwan com a China seria contrária aos interesses dos EUA. De acordo com ele, o que serve aos interesses dos EUA em relação ao status de Taiwan é mantê-lo como Estado independente de facto, embora não de jure.

Essa autolimitação no uso da força, no entanto, não era o que a China queria. Após o discurso de Lee enfatizando o status internacional de Taiwan em 1995, a China respondeu com ameaças militares. Assim, havia uma relação direta entre a percepção da democracia/independência de Taiwan e a ameaça à sua soberania chinesa neste caso. Essa percepção chinesa da ameaça foi respondida com um aumento nas tensões militares em novembro de 1995 a março de 1996. Nesse período, os EUA também responderam militarmente, tanto para proteger a democratização de Taiwan quanto seus interesses na região, como pregaria a lógica lockeana. Em suma, os fatores externos referentes às culturas hobbesiana e lockeana tiveram grande influência na democratização de Taiwan. Ajudaram Taiwan a minimizar seus problemas estruturais para a democratização. O próximo tópico, portanto, aborda esse problema colocando em evidência elementos que contribuíram para a mudança da identidade-tipo de Taiwan.

32 Wendt (1999) considera esse interesse norte-americano em proteger as democracias no exterior como uma identidade-papel.

4.1 O ponto de virada na mudança da identidade-tipo de Taiwan

A identidade-tipo de Taiwan mudou ao longo dos anos de um regime autoritário para um regime democrático. De acordo com Ko (2004), Taiwan, em uma década e meia, mudou pacificamente do domínio da lei marcial em 1987 para se tornar uma democracia de pleno direito. Diamond (2001), ao analisar a democracia de Taiwan, relatou que, após a eleição do PDP em 2000, Taiwan era uma democracia por qualquer indicador. Ele apresenta, por exemplo, dados da Freedom House e vê que essa instituição classifica Taiwan como 1 em direitos políticos e 2 em liberdades civis³³, o que dá uma pontuação média de 1,5, que é suficiente para classificar Taiwan como uma democracia liberal.

A democratização de Taiwan foi rápida. A esse respeito, em 1991, o povo taiwanês elegeu pela primeira vez os representantes para a Assembleia Nacional. Em 1992, elegeu os membros do Legislativo Yuan pela primeira vez, o que provocou a divisão do KMT. Os taiwaneses elegeram o governador provincial pela primeira vez em 1994 e, nesse mesmo ano, elegeram os prefeitos de Taipei e Kaohsiung pela primeira vez desde 1964 e 1977, respectivamente. Em 1996, esse movimento democrático chegou à chefia do poder executivo e o povo de Taiwan elegeu seu presidente. Finalmente, em 2000, a primeira transição democrática de poder na história de 5.000 anos da China ocorreu em Taiwan (KO, 2004).

As mudanças, no que concerne ao prestígio de regimes democráticos, explicam essa rápida democratização de Taiwan. Os tipos de regime de formas de estados, que são formas de adesão ao sistema internacional, variam cultural e historicamente, e a democracia está se tornando um modelo dominante de identidade de tipo do Estado (WENDT, 1999). Nessa linha, Fukuyama (1992) argumentou que a democracia liberal e uma economia orientada para o mercado eram a realização final da evolução ideológica humana. Thian-Hok (1999) afirma que a democratização e a “taiwanização” são uma força que poderia ajudar Taiwan a determinar seu futuro, apesar da pressão militar e política da China. Além disso, uma participação mais intensa e democrática de Taiwan no sistema internacional pode melhorar seu status (NAVARRO, 2016). Para Tang (2011), quando se trata de Taiwan, discursos sobre democracia andam de mãos dadas com discursos sobre independência.

Essa rápida transição foi motivada por outros fatores externos como as culturas hobbesiana e lockeana. Tkacik (2007) argumenta que a independência de Taiwan significa guerra de acordo com a perspectiva chinesa. Talvez por isso, muitos em Taiwan preferem o status quo de uma independência de facto ao

33 Ambas as escalas variam de 1, para mais livre, a 7, menos livre (DIAMOND, 2001).

invés de uma independência de jure (KELLY, 2004). Como foi explorado nas seções anteriores, dados os interesses subjetivos de Taiwan visando manter sua identidade corporativa, o país considera a democracia como uma forma de salvaguardar sua autonomia existente. Nesse sentido, os EUA oferecem proteção militar a Taiwan, tanto como seu aliado virtual, quanto como defensor da democracia no mundo (TKACIK, 2007).

Para Ko (2004), Taiwan democratizou-se apesar da pouca ajuda dos norte-americanos. Segundo ele, os EUA ajudaram na democratização de Taiwan ao fornecer assistência militar e ajuda econômica, todas as outras causas da democracia em Taiwan, entretanto, vieram de elementos internos. No entanto, até mesmo Ko (2004, p. 148) diz que: “Taiwan’s decade of crisis brought upon by U.S. betrayal ended up forcing the KMT to push for more democratic reform to both appease the masses and regain international favor”³⁴. Nessa visão, o impulso do KMT para a democratização foi encorajado pelo reconhecimento dos EUA do direito da China continental sobre Taiwan. Essa postura dos EUA pode ser interpretada como uma política de autoajuda, que é bastante comum na anarquia lockeana.

Além disso, Ko (2004) também reconhece que os EUA fizeram alguns esforços para implementar a democracia em Taiwan, embora não tantos quanto poderiam fazer. Dessa forma, para ele, o poder legislativo norte-americano pediu constantemente a democracia em Taiwan durante os anos 1970 e 1980, e essa demanda culminou no apelo do Congresso dos EUA ao KMT para abandonar a lei marcial em 1986. A democracia em Taiwan, no entanto, para ser considerada como identidade-tipo, de acordo com a abordagem wendtiana, tem que ter características que correspondam aos seus interesses. A partir dessa lógica, as ideias de Ko são relevantes, uma vez que a democratização de Taiwan não ocorreu conforme a agenda dos EUA³⁵.

34 A década de crise de Taiwan trazida pela traição dos EUA acabou forçando o KMT a pressionar por uma reforma mais democrática para apaziguar as massas e recuperar o favor internacional. (Tradução nossa)

35 Portanto, nesse sentido, Taiwan implementou as eleições locais primeiro e, lentamente, mudou-se para as eleições nacionais. Contrariamente a esse curso de ação, a política externa americana de incentivo à democratização endossa a necessidade de implementar eleições nacionais primeiro. Além disso, o desenvolvimento econômico de Taiwan resultou de trinta anos de protecionismo econômico, o que é exatamente o oposto da atual política externa dos EUA que impulsiona universalmente a liberalização econômica no curto prazo. Além disso, o autoritarismo levou Taiwan à estabilidade econômica, que confronta a crença dos EUA de que a democracia é o melhor sistema para produzir riqueza. Finalmente, o KMT promoveu a democracia para beneficiar seus próprios interesses como partido. Nesse sentido, precisava apaziguar as massas internas que lutavam por direitos e também precisava obter legitimidade internacional para não ser substituído pelo Partido Comunista Chinês (PCC) (KO, 2004).

Embora Taiwan tenha mudado sua identidade-tipo ao se tornar uma democracia para manter sua autonomia, problemas estruturais não foram extintos. Por exemplo, Diamond (2001) levanta cinco problemas da democracia de Taiwan. Um desses problemas é que “democracy and democratic values remain to be consolidated at the level of mass public opinion”³⁶ (p. 4). Nesse sentido, Zhu (2005, p. 46) aponta que Taiwan é “one of the few new democracies in East Asia where more people were skeptical about democracy than believed in its superiority”³⁷. Esse baixo nível de apoio popular à democracia em Taiwan está relacionado à crença de que o governo de um grupo de elites intelectuais pode causar problemas tais quais corrupção, desemprego, baixo crescimento econômico e desordem social.

Para concluir, o ceticismo sobre a democracia em Taiwan aumentou no final de 2001 porque sua democratização não alterou seu status internacional de forma fundamental (ZHU, 2005). Portanto, apesar dos elementos internos que favorecem a democratização de Taiwan, os fatores externos foram tão ou mais importantes para essa democratização. Nesse sentido, influenciaram Taiwan na mudança de sua identidade-tipo, do autoritarismo para a democracia. Além disso, ainda ajudam a manter a democracia viva em Taiwan, ainda considerada um modelo frágil de governo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tentou responder a seguinte pergunta: Por que Taiwan se tornou uma democracia mesmo em face aos obstáculos culturais para implementá-la em uma civilização confucionista? Procurando por respostas, esta pesquisa partiu da hipótese de que quanto mais Taiwan se tornar democrática, mais se beneficiará da cultura lockeana, e menos sofrerá com a anarquia hobbesiana. Em outras palavras, este estudo inicialmente supunha que a democratização de Taiwan minimizaria seus conflitos com a China, principalmente porque a democracia traria para Taiwan algum grau de legitimidade no sistema internacional, especialmente com relação aos países ocidentais, e proteção militar, principalmente por parte dos Estados Unidos.

A hipótese foi parcialmente confirmada. Por um lado, as inferências mostraram que a democracia de Taiwan se beneficiou da anarquia lockeana. Nesse sentido, a democracia taiwanesa fortaleceu a já existente Lei de Relações com Taiwan, que delineia aspectos fundamentais das relações de Washington com Taipei, como

36 A democracia e os valores democráticos ainda precisam ser consolidados no nível da opinião pública em massa. (Tradução nossa)

37 Uma das poucas novas democracias no leste da Ásia onde mais pessoas eram céticas sobre a democracia do que acreditavam em sua superioridade. (Tradução nossa)

relações diplomáticas de facto, a ajuda dos EUA na modernização da defesa militar de Taiwan e os interesses dos EUA em uma resolução pacífica da questão taiwanesa (WHITING, 2001).

Esse compromisso, que se mantém mesmo em face do contexto que o sustentava outrora, deve-se ao fato de que os EUA não são apenas promotores, mas também defensores de regimes democráticos (NAVARRO, 2016). Democracia e capitalismo são as identidades-tipo dos estados dominantes após a Guerra Fria. Além disso, a cultura lockeana pressupõe que os estados se orientarão em direção a um sistema de autoajuda. Assim, por causa de uma lógica pragmática de defender seus interesses na Ásia, os EUA protegem Taiwan.

Por outro lado, a crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996 demonstrou a vontade da China de usar a força para cumprir suas metas políticas na Ásia. Portanto, a China aproxima-se de Taiwan seguindo padrões militares semelhantes aos que usou em outras situações como na Coreia (1950), no Estreito de Taiwan (1962), ou no Vietnã (1979). Esses padrões consideram a intenção de apoiar a dissuasão e usar a diplomacia coerciva. No entanto, quando se trata de ataques preventivos ou de uma ampla mobilização do Exército de Libertação Popular, a China usa diferentes táticas militares, como assumir e administrar riscos. Em resumo, mesmo com a proteção militar dos EUA, a China usa a força contra os movimentos democráticos em Taiwan (WHITING, 2001). Isso pode ocorrer porque os discursos sobre democracia e independência estão intimamente relacionados (TANG, 2011).

Como estudo de caso explicativo, este artigo buscou verificar a existência de uma relação causal entre fatores externos e a democratização de Taiwan. Portanto, tentou encontrar elementos externos interagindo com a identidade corporativa e os interesses de Taiwan que fossem responsáveis por influenciar uma mudança do regime de autoritarismo para uma democracia relativamente liberal, de 1991 a 2001. Esses fatores externos estavam mudando a identidade-tipo de Taiwan no período, minimizando assim seus problemas estruturais relativos à democratização. Os interesses objetivos de Taiwan, que são aqueles relacionados à reprodução de sua identidade, tiveram uma grande influência. Nessa lógica, Taiwan se democratizou visando reproduzir sua autonomia, bem-estar econômico, autoestima coletiva e garantir sua integridade territorial, em outras palavras, seu processo de democratização está relacionado à proteção de sua identidade corporativa.

REFERÊNCIAS

DAHL, R. A. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University Press, 1989. 397 p. ISBN 0-300-04409-7

DAHL, R. A. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: EdUSP, 2005. 234 p. (Clássicos; 9). ISBN 8531404096.

DIAMOND, L. How Democratic Is Taiwan? Five Key Challenges for Democratic Development and Consolidation. Paper for the Symposium on *The Transition from One-Party Rule: Taiwan's New Government and Cross-Straits Relations*,. Columbia University, Apr. 6-7, 2001. 20 p.

FETZER, J.; SOPER, J. Confucian values and elite support for liberal democracy in Taiwan: The Perils of Priestly Religion. *Politics and Religion*, v. 3, n. 3, p. 495-517, 2010.

FUKUYAMA, Francis. *End of history and the last man(the)*. New York: Perennial Libr, 1992. 418 p ISBN 0-380-72002-7.

FUKUYAMA, Francis. Confucianism and democracy. *Journal of Democracy*, 6(2), 20-33, (1995).

GUPTA, S. Chinese strategies for resolution of the Taiwan and South China Sea Disputes. *International Studies*, 42(3-4), p. 247-264, 2005.

HUNTINGTON, S. Will More Countries Become Democratic? *Political Science Quarterly*, v. 99, n. 2, p. 193-218, 1984.

HUNTINGTON, S. Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*, v. 2, n. 2, p. 12-34, 1991.

HUNTINGTON, S. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Touchstone Book, 1996. 367 p.

JUNG, H. Confucianism as political philosophy: a postmodern perspective. *Human Studies*, v. 16, n. 1, p 213-230, 1993.

KELLY, J. A. Overview of U.S. policy toward Taiwan. (LEGISLATION AND POLICY). *DISAM Journal*, v. 26, n. 4, 2004.

KISSINGER, H. *On China*. New York: Penguin Press, 2011. xviii, 586 p.

KO, J. W. Cold War Triumph? Taiwan Democratized in Spite of U.S. efforts. *Case Western Reserve Journal of International Law*, v. 36, n. 1, p. 137-181, 2004.

KUNTIĆ, D. The Ominous Triangle: China-Taiwan-the United States relationship. *Croatian International Relations Review*, v. 21, n. 72, p. 239-280, 2015.

LASATER, M. U.S. interests in the New Taiwan. *Orbis*, v. 37, n. 2, p. 239-257, 1993.

NAVARRO, P. America Can't Dump Taiwan. *The National Interest*, 2016. Available at: <http://nationalinterest.org/feature/america-cant-dump-taiwan-17040?page=4> Accessed on: Apr. 28, 2018.

NORDIN, Astrid H. M; SMITH, Graham M. Relating self and other in Chinese and Western thought. *Cambridge Review of International Affairs*, 2019. DOI: 10.1080/09557571.2019.1576160.

RICE, Condoleezza. *Democracy: stories from the long road to freedom*. New York/ Boston: Twelve, 2017.

SHIN, D. C. *Confucianism and democratization*. New York: Cambridge University Press, 2012

TANG, Z. Burgeoning Democracy or Threatening Security? The Ambiguous Voice of the American Press on Taiwan's Independence. *Critical Sociology*, v. 37, n. 6, p. 837-852, 2011.

THIAN-HOK, LI. Why America Should Support Self-Determination for Taiwan. *World Affairs*, v. 161, n. 3, p. 167-73, 1999. Available at: <http://www.jstor.org/stable/20672553>>. Access on: Apr. 15 2018.

TKACIK JR, J. J. America's Stake in Taiwan. *The Heritage Foundation*, n. 1996, p. 1-17, 2007.

WENDT, A. *Social theory of international Politics*. New York: Cambridge University Press, 1999. xv, 429 p. (Cambridge Studies in International Relations, 67).

WHITING, A. China's Use of Force, 1950-96, and Taiwan. *International Security*, v. 26, n. 2, 103-131, 2001.

YU, B.; LU, Z. Confucianism and Modernity, Insights from an Interview with Tu Weiming. *China Review International*, v. 7, n. 2, p. 377-387, 2000.

ZHU, Y. Taiwan's Year of Stress. *Journal of Democracy*, v. 16, n. 2, p. 43-57, 2005.

ZHU, Y.; DIAMOND, L.; SIN, T. Halting Progress in Korea and Taiwan. *Journal of Democracy*, v. 12, n. 1, p. 122-136, 2001.

Recebido em: 22 jun. 2019.

Aceito em: 05 set. 2019.